

24.01.2017 – 17h00

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** **Federação Portuguesa de Natação (FPN)**  
Vera Costa (Vice-Presidente da FPN)  
Alexsander Esteves (Vice-Presidente da FPN)  
José Miguel Miranda (Vice-Presidente da FPN)  
Igor Ferreira (Membro do Conselho de Arbitragem)

**Recebida por:** Grupo de Trabalho do Desporto

**Exposição:** O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Pedro Pimpão, cumprimentou a delegação da Federação Portuguesa de Natação, a quem agradeceu a presença e o interesse de apresentarem aos Deputados do Grupo de Trabalho o documento sobre “Verdade desportiva para Todos”.

Os representantes da Federação fizeram a apresentação do documento, que se encontra disponível na [página internet do Grupo de Trabalho](#), que sintetizaram em três pontos:

1. Fiscalidade: De acordo com a legislação em vigor – Despacho 19316/2010 – os juízes e árbitros não profissionais, com mais de 30 anos de idade, têm de ver tributadas as suas bolsas de formação desportiva, atribuídas pela respetiva federação ou associação titular do estatuto de utilidade pública desportiva aos agentes desportivos não profissionais, até ao montante máximo anual correspondente a cinco vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS). Neste sentido, propõem a abolição do prazo de 10 anos ou da idade limite de 30 anos e a opção pelo valor máximo anual correspondente a quatro vezes o valor do IAS.
2. Carreira de árbitro: a ameaça de os árbitros abandonarem a sua carreira, por não ser compensadora, é uma realidade sobre a qual importa refletir, sob pena de se perderem os melhores árbitros e os mais experientes. Assim, entendem que é urgente criar a carreira de árbitro, sendo que, para tal, é necessário cumprir critérios e requisitos, que demoram algum tempo a reunir
3. Influência da arbitragem na economia de cada região: com as medidas que propõem, entendem que serão beneficiados os setores hoteleiros e da restauração, tendo em conta que os juízes e árbitros, ao terem de se deslocar aos locais das provas necessitam de se alimentar e pernoitar.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), João Azevedo Castro (PS), Luís Monteiro (BE) e Diana Ferreira (PCP) que, em síntese, agradeceram a exposição, solicitaram alguns esclarecimentos e referiram que irão analisar as propostas apresentadas.

A gravação áudio da audiência encontra-se disponível na [página internet do Grupo de Trabalho](#).

Palácio de São Bento, 24 de janeiro de 2017

A assessora  
*Cristina Tavares*